



Índice

- 01** Força Nacional será enviada à Bahia para conter conflitos entre índios e fazendeiros
- 02** Primeiro mestre indígena da UFRGS define escola ideal para índios
- 03** Mortas na BR-163, freiras fundaram Pastoral da Terra e defendiam índios
- 04** Produtores rurais queimam carros oficiais em protesto na BR-101
- 05** Reserva indígena perde 18% de área verde em incêndio no Mato Grosso
- 06** Procurador Federal visita a Vila Olímpica Indígena
- 07** Garantido salário-maternidade a indígenas menores de 16 anos em SC
- 08** Demarcação de terras indígenas e quilombolas: direitos constitucionais transformados em moeda de troca
- 09** Jogos Indígenas neste domingo envolvem 21 equipes com 600 atletas
- 10** CNBB publica documento sobre comunidades quilombolas



Força Nacional será enviada à Bahia para conter conflitos entre índios e fazendeiros
SÍTIO FOLHA DE SÃO PAULO, 17.08.2013

Tropas da Força Nacional devem chegar neste domingo (18) à cidade de Buerarema, no sul da Bahia, onde se intensificaram nos últimos dias os conflitos entre índios tupinambá e fazendeiros devido à invasão de 25 propriedades rurais que estariam em áreas indígenas.

A situação mais tensa ocorreu na sexta-feira (16), quando, durante protesto de fazendeiros na BR-101, a loja da Ebal (Empresa Baiana de Alimentos) foi saqueada pelos manifestantes, que também atearam fogo em três veículos da Secretaria Especial de Saúde Indígena, ligada ao Ministério da Saúde.

Na quinta-feira, dois índios foram baleados numa estrada vicinal quando voltavam da escola, à noite. Eles estão no Hospital de Base, em Itabuna, e não correm risco de morte.

Fazendeiros relataram que, numa das invasões, índios atiraram coquetéis molotov na mercearia de uma fazenda. Não houve feridos.

O Governo da Bahia anunciou que, além das tropas da Força Nacional, terá o reforço de policiais militares e federais na região de Buerarema. O efetivo que será enviado não foi informado. Fazendeiros e índios acusam o lado oposto de estar armado.

O cacique Val Tupinambá afirmou que as invasões são uma tentativa de pressionar o governo federal a publicar a demarcação de 47,3 mil hectares de área indígena, nos municípios de Buerarema, Ilhéus e Una. Na área há cerca de 600 fazendas.

A estimativa é a de que ao menos 300 índios participem das invasões. "Queremos que eles saiam logo da nossa terra e desejamos que o governo também faça a sua parte. Vamos continuar as invasões até que nossa área seja demarcada e os fazendeiros se retirem", disse o cacique.

Os índios vêm intensificando as invasões desde o início do ano. Segundo Val Tupinambá, já são mais 80 propriedades ocupadas, numa ação que eles chamam de "retomada".

A reportagem tentou falar com Nicolás Melgaço, chefe da Fundação Nacional do Índio, em Ilhéus, mas o celular dele estava desligado.

Um dos fazendeiros cuja propriedade foi invadida é Paulo César Oliveira Pereira, para quem a tendência é a situação na região ficar cada vez mais tensa. "É muito grave o que está acontecendo. Os índios estão botando todo mundo para correr", afirmou.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 148 / 2013

Brasília, 19 de agosto de 2013.

Muitos fazendeiros já estão retirando o gado de suas propriedades. Eles se queixam da falta de cumprimento das reintegrações de posse emitidas pela Justiça e já em posse da PF.

Segundo os fazendeiros, há cerca de 20 mandados de reintegração já emitidos - a PF confirma ao menos dez.

Primeiro mestre indígena da UFRGS define escola ideal para índios
SÍTIO TERRA, 17.08.2013

Dissertação de Zaqueu Key Jóprry Claudino foi sobre as concepções da educação indígena a partir da tradição Kaingang, relacionando-as com a educação escolarizada



Até se tornar mestre, com a formatura em pedagogia na Universidade Metodista IPA de Porto Alegre, em 2008, Zaqueu percorreu um longo caminho Foto: Flávio Dutra / Divulgação

"Agradeço em primeiro lugar a Tupẽ (Deus), que iluminou o meu caminho durante esta caminhada, e também aos espíritos ancestrais Kaingang, que, em sonho, me possibilitaram desvendar os saberes indígenas que consagro como conhecimento". Assim começa a seção de agradecimentos da dissertação de mestrado de Zaqueu Key Jóprry Claudino, 42 anos, também conhecido como Zaqueu Kaingang. Desde o início é possível perceber que não se trata de um trabalho comum - além das tradicionais versões do resumo em português, inglês e espanhol, há ainda uma em kanhgág, primeiro idioma aprendido por Zaqueu.

Pertencente à tribo dos Kaingang, Zaqueu é o segundo filho de uma família de cinco, o primeiro indígena formado mestre pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e primeiro indígena mestre em educação do Rio Grande do Sul. A titulação veio em junho deste ano. Ele lamenta que nenhum de seus irmãos tenha ido além do ensino médio, mas se orgulha do caminho tomado por sua família: com o título de mestre em mãos, Zaqueu pretende iniciar o doutorado no próximo ano; sua esposa, Rute, cursa geografia; os filhos mais velhos, Gilmar e Cleverson, são formados em história e enfermagem; e a filha mais velha, Juciane, também cursa enfermagem. Destino que espera também para os caçulas, Giovani, 9, e Geovana, 7.

CONT.



Os primeiros contatos com a língua portuguesa e com a educação escolarizada ocorreram simultaneamente quando ele tinha cerca de 12 anos. E a contar por esta primeira experiência, seria difícil prever que Zaqueu desse continuidade aos estudos – e ainda escolhesse a área da educação para se especializar. Quando começou a frequentar a escola, nem Zaqueu nem seus pais tinham vontade de construir um futuro fora da aldeia para o menino. "Não havia a perspectiva de me tornar médico ou advogado, nem havia interesse em dar seguimento à formação", conta.

O objetivo principal das aulas, todas ministradas por professoras brancas (fóg em kanhgág), era alfabetizar as crianças em língua portuguesa, e era proibido falar outra língua na classe. Isso foi um problema para Zaqueu, que não dominava o idioma lusitano e gostava mais dos intervalos, quando podia brincar e conversar com os colegas em kanhgág. Ele conta que para receber a merenda era preciso pedir em português, caso contrário, deveria voltar para o final da fila. Até aprender, o menino passou por isso diversas vezes, torcendo para que tivesse sobrado comida quando chegasse a sua vez. Foi nesta época que Zaqueu percebeu que o objetivo da escola era, mais do que alfabetizar as crianças indígenas em português, fazer com que o idioma substituísse o kanhgág.

Zaqueu permaneceu na escola até os 16 anos, quando se casou. De acordo com a cultura kaingang, os indivíduos pertencentes ao grupo dos Kamẽ (como Zaqueu) devem se casar com alguém de outro grupo, Kajru. Após o casamento, o noivo deve ir morar com a família da noiva, e o sogro passa a ser seu professor, ensinando conhecimentos diferentes dos recebidos na casa dos pais. Casado, Zaqueu passou a ser considerado adulto, e precisou parar de estudar para ajudar o sogro a sustentar a família. Segundo Zaqueu, o que aconteceu com ele é muito comum, pois a educação escolar indígena costuma ser voltada às crianças, não levando em conta especificidades culturais como as dos kaingang.

O nascimento do primeiro filho, Gilmar, coincidiu com a oportunidade de voltar a estudar, em 1987. Zaqueu se inscreveu para um curso de monitor bilíngue voltado a indígenas que tivessem concluído a quarta série. Nascido na Terra Indígena Guarita, que se estende pelos municípios de Tenente Portela, Redentora e Erval Seco, no noroeste gaúcho, ele deixou a região pela primeira vez e foi para Laranjeiras do Sul, no Paraná, onde permaneceu por três anos. Concluído o curso, retornou à Guarita e passou a trabalhar como monitor bilíngue na escola onde havia iniciado seus estudos. No entanto, trabalhar como intérprete não era o objetivo de Zaqueu; ele queria ser professor.

Dificuldades no ensino superior

Até atingir este objetivo, com a formatura em pedagogia na Universidade Metodista IPA de Porto Alegre, em 2008, Zaqueu percorreu um longo caminho. Para concluir o ensino fundamental, teve de estudar em uma escola convencional, depois veio o magistério indígena, que cursou de forma intercalar, sempre precisando conciliar trabalho e estudos. Em 1994, teve o primeiro contato com a vida acadêmica: passou no vestibular para o curso de sociologia da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí), mas cursou apenas quatro semestres. "Tive que desistir, a mensalidade era muito cara, não tinha bolsa, e o transporte encarecia ainda mais".

CONT.



Em 2003, mudou-se para Porto Alegre, no acampamento que deu origem à Terra Indígena Fág Nhin, onde reside atualmente. Antes de se mudar, Zaqueu dava aulas de cultura indígena nas escolas de sua cidade, e participou ativamente da luta pelo reconhecimento do acampamento e da criação de uma escola indígena na região - onde passou a lecionar, alfabetizando os alunos em kanhgág.

A oportunidade de cursar o mestrado surgiu quando Zaqueu estava terminando a especialização em educação profissional e tecnológica na UFRGS. Tinha a professora Maria Aparecida Bergamaschi como orientadora do trabalho de conclusão, que serviu de base para o projeto que lhe rendeu a bolsa de estudos do mestrado. Dentro da academia, a principal dificuldade enfrentada por Zaqueu foi a bibliografia do curso. "Não tenho muito domínio nem da língua portuguesa, que dirá de outras estrangeiras".

Ele conta que não foi fácil acompanhar o nível de exigência do curso, que não teria concluído não fosse a ajuda de Maria Aparecida, sua orientadora também no mestrado. Em algumas ocasiões, Zaqueu precisou de livros que não tinha condições de adquirir. Nestes casos, a orientadora comprava as obras e emprestava para Zaqueu. "Ela não deixou a bola cair, me ajudou com as leituras, me incentivou todo o tempo, foi o melhor suporte que eu poderia querer", afirma.

Novatos nas universidades

As primeiras ações afirmativas voltadas à inclusão de indígenas no ensino superior remontam ao início da década de 1990, com convênios firmados entre a Fundação Nacional do Índio (Funai) e universidades públicas e privadas. No entanto, até a década seguinte, os acadêmicos indígenas eram raros. Em 2001, foi implantada pela Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT) a primeira licenciatura indígena do país, de forma intervalar.

De acordo com dados da Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (CGEEI/SECADI), havia no ano passado 6.336 alunos indígenas em instituições de ensino superior. No entanto, não há dados específicos sobre a incidência de mestres e doutores indígenas, e as políticas públicas de inclusão não alcançam a pós-graduação. Para Zaqueu, as cotas para indígenas em universidades são muito bem-vindas, mas ainda é pouco. Segundo ele, o benefício deveria ser ampliado e se estender à pós-graduação. "Os processos seletivos das universidades públicas são muito difíceis, e os cursos das privadas são muito caros, isso impossibilita o acesso", opina.

Assim, para dar continuidade à formação, os acadêmicos indígenas costumam recorrer a instituições privadas beneficentes. Uma destas instituições é a Fundação Ford, que por meio do International Fellowship Program (IFP) oferece, desde 2001, cerca de 40 bolsas por ano a estudantes carentes para ingresso e permanência no Ensino Superior nos níveis de pós-graduação. Este foi o caso de Zaqueu, que com o financiamento do IFP pode concluir o mestrado. Na seleção, ocorrida em 2010, havia mais de 6 mil inscritos, e Zaqueu passou em terceiro lugar com projeto baseado em seu trabalho de conclusão da especialização em educação profissional e tecnológica, também cursada na UFRGS.

CONT.



A escola indígena ideal

Por sua experiência pessoal, o tema de estudo de Zaqueu não poderia ser outro. Com o título A formação da pessoa nos pressupostos da tradição: Educação Indígena Kanhgág, seu trabalho aborda as concepções da educação indígena a partir da tradição Kaingang, relacionando-as com a educação escolarizada. Para Zaqueu, o que falta ao modelo predominante voltado aos povos indígenas é a perspectiva de alguém como ele, que alie o comprometimento com a manutenção das tradições ao conhecimento vindo da academia. Considerando apenas a concepção educacional dos não indígenas, passa-se por cima de questões importantes para as tribos, o que contribui para a extinção de sua cultura.

Um único modelo educacional padronizado não é adequado para sociedades com costumes e tradições distintas entre si. "Seguindo a tradição kaingang, quando casei fui morar com meus sogros, eles foram meus orientadores, tudo o que eu conheço da cultura, dos costumes, devo a eles. Quando se cria a escola indígena, este poder dos velhos termina", exemplifica. Zaqueu considera que, para respeitar a organização social da tribo, seria preciso criar uma escola de cada clã, com professores do clã oposto, reproduzindo a ideia de complementaridade. E isso só pode acontecer se os professores vierem das próprias comunidades.

Para Zaqueu, a escola indígena ideal seria aquela em que o gestor indígena tivesse a liberdade de formular a proposta pedagógica com a ajuda da comunidade, de acordo com os costumes, ouvindo e acolhendo os mais velhos, pensada para atender de forma específica cada sociedade. "Meu sonho é uma escola em que os velhos possam chegar sem hora marcada para passar seu conhecimento, que as crianças possam aprender umas com as outras, com os animais, com a natureza, que o saber não more apenas na sala de aula e a vontade das crianças seja respeitada", diz.

Ele considera que uma escola assim contribui para que a criança continue pensando a partir da sua cultura, falando sua linguagem, em sintonia com seu povo enquanto aprende. "A educação hoje é muito voltada à formação para o mercado de trabalho, e essa escola não serve para a nossa sociedade. Não enxergamos o mundo através da ótica capitalista, é uma lógica contrária à nossa, que é ligada à horizontalidade, ao equilíbrio entre todos", explica.

Em sua pesquisa, Zaqueu pode perceber o receio dos mais velhos em relação à escola quando um ancião lhe contou que impediu que seus filhos mais novos estudassem porque o mais velho foi estudar e foi embora. "No dia em que eu morrer, ele não vai estar comigo", disse o ancião. Isso não significa que as escolas sejam prejudiciais, pelo contrário. Ele considera que é justamente neste espaço que se deve ensinar às crianças que elas devem buscar conhecimento, mas devem também trazer o que aprenderam fora para produzir algo novo combinando com as tradições para contribuir para a sua manutenção.

Em vez de preparar para a sobrevivência na cidade, o ambiente escolar deve dar condições de continuar na aldeia. Foi o que Zaqueu fez. "Busquei conhecimento não para ter melhores condições financeiras e ir para longe, mas sim para ajudar meu povo. Estou levando o que aprendi para mostrar à aldeia que podemos continuar sendo o que somos, com conhecimento 'do portão pra fora e do portão pra dentro'".



Mortas na BR-163, freiras fundaram Pastoral da Terra e defendiam índios
SÍTIO FOLHA DE DOURADOS, 17.08.2013

Mortas num acidente ocorrido no final da tarde de sexta-feira, na BR-163, as freiras Lucinda Moretti, 70 anos, e Adelayde Furlanetto, 77 anos, deixaram marcas na região Sul do Estado no trabalho em favor dos indígenas e na defesa dos pequenos proprietários rurais.

Desde a década de 70 em Mato Grosso do Sul, Lucinda foi uma das pioneiras da CPT (Comissão Pastoral da Terra) e idealizadora da Feira da Semente Crioula, em Juti. “Uma mulher muito ativa, competente e séria”, resumiu Roberto Carlos de Oliveira, integrante da CPT.

“Era uma apaixonada pelo cerrado, defensora do uso das ervas medicinais no combate de doenças e desenvolvia trabalhos nas comunidades rurais e indígenas”, completou Vanilton Camacho da Costa, voluntário da CPT.

Segundo ele, as ações da freira são conhecidas em Glória de Dourados, Fátima do Sul, Caarapó, Juti e Dourados. Adelayde, por sua vez, atuava no distrito de Casa Verde, em Nova Andradina. “Depois de trabalhar por muito tempo no Estado, ela foi para o Mato Grosso e fazia quatro anos do seu retorno”, relatou Vanilton.

Ele contou ainda que, na ocasião do acidente, elas retornavam da Aldeia Tique em direção ao sítio de um amigo para pegar fertilizante natural a fim de usar na horta da Congregação Irmãs de São José de Chambéry.

Adelayde dirigia o veículo Gol e, ao entrar de repente na pista, o carro foi atingido por uma caminhonete Ford Ranger, conduzida por Vlademir Pereira Farias, 39 anos.

O velório das duas está sendo realizado na manhã deste sábado em Juti. Antes do meio-dia, os corpos deverão ser trasladados a Garibaldi (RS), cidade natal das freiras, para a família realizar o sepultamento.

Por: CGNews



Produtores rurais queimam carros oficiais em protesto na BR-101

SÍTIO RADAR 64, 16.08.2013

Por G1

Quatro veículos do governo foram queimados na tarde desta sexta-feira (16), na BR- 101, em Buerarema, Sul da Bahia. De acordo com informações da polícia, a região estava interditada desde as 7h pelos manifestantes, que parte deles, chegaram a invadir uma sede da Empresa Baiana de Alimentos (Ebal), onde saquearam o local. Os manifestantes foram retirados do local por policiais do 15º Batalhão da Polícia Militar (BPM).

Segundo informações da polícia, ninguém ficou ferido durante a manifestação. Por volta das 17h50, os manifestantes liberaram as vias. Os carros incendiados continuam no local.

Ainda segundo a polícia, a manifestação é composta por fazendeiros do município e proprietários rurais da região sul da Bahia. A polícia diz que os manifestantes pedem a intervenção do Governo Federal para resolver o impasse com as tribos indígenas na região.

Ainda segundo a polícia, a manifestação é composta por fazendeiros do município e proprietários rurais da região sul da Bahia. A polícia diz que os manifestantes pedem a intervenção do Governo Federal para resolver o impasse com as tribos indígenas na região.



Reserva indígena perde 18% de área verde em incêndio no Mato Grosso

SÍTIO PORTAL EXTRA, 17.08.2013

A Terra Indígena Maraiwatsede, localizada no município de Alto Boa Vista (1019 quilômetros de Cuiabá), no Mato Grosso, tem sido alvo de inúmeros focos de incêndios de origem criminosa. Com uma área total de 165 mil hectares, estimativa-se que 31 mil hectares estejam queimados - 18,79% do local.

O Centro Especializado de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais (Prevfogo) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) está combatendo o fogo com os brigadistas do Assentamento Bordolândia. A situação está difícil para o combate em virtude da ação criminosa de vândalos que estão ateando fogo em várias partes da terra indígena, conforme o Ibama. Dados de satélites utilizados pelo Prevfogo, para monitorar os focos de calor na região, mostram que a maioria dos focos está localizada próxima de rodovias que cortam ou circundam a área indígena.

Segundo o coordenador estadual do Prevfogo, analista ambiental Cendi Ribas, desde janeiro foram detectados 888 focos de calor nas terras indígenas de Mato Grosso. "Nos últimos 30 dias, período proibitivo de queimadas, foram detectados 654 focos. Só na Maraiwatsede foram 120 focos".

O Corpo de Bombeiros do Estado foi acionado e estará enviando uma equipe de Barra do Garças para ajudar os brigadistas no combate aos incêndios. Segundo o Ibama, forças policiais foram solicitadas para identificar e prender os criminosos ambientais. Há risco do fogo atingir lavouras e propriedades fora da terra indígena.



Procurador Federal visita a Vila Olímpica Indígena

SÍTIO JORNAL PRELIMINAR, 17.08.2013

Acompanhado do diretor/presidente da FUNED (Fundação de Esporte de Dourados), Antonio Coca, esteve nesta sexta-feira visitando a Vila Olímpica Indígena, o Procurador Federal Marco Antônio Delfino de Almeida.

Na oportunidade Marco Antônio tomou conhecimento da PELC (Programa de Esportes na Cidade) que já está sendo implantado para a comunidade indígena, tais como basquetebol, voleibol, futsal, futebol de campo, xadrez, atletismo entre outros.

Marco Antônio juntamente com Antonio Coca teve acesso ao programa que deverá atender cerca de 800 crianças e adultos que convivem na comunidade.

A PELC foi apresentada pelo profissional em educação física e técnico de basquetebol Carlos Montania, que atuará como coordenador geral do programa.

No basquete segundo informou o coordenador do programa, será implantada duas categorias, sendo elas masculino e feminino, aonde a partir do início do próximo anos estarão participando das competições a nível de estado, com o objetivo de buscar uma das vagas nas Olimpíadas Nacional Escolares .

Para este ano Carlos Montania diz que o programa é mantido pelo Governo Federal em contra partida com a Prefeitura Municipal e que no basquetebol feminino pretende colocar uma equipe indígena para disputar o Festival Estadual de 12 a 14 anos, que deverá ser realizado em novembro na cidade de Itaporã.

“De início estou com 60 alunas treinando no basquetebol, mas a nossa meta é atingir o maior número possível de jovens que pretende praticar este esporte” disse Carlos Montania.

Após ter acesso ao programa que está sendo implantado na Vila Olímpica Indígena, Marco Antônio disse ter ficado muito satisfeito com o propósito que está sendo coordenado pela FUNED para atender as comunidades s reservas do Jaguapirú e Bororó.

“Acredito que com seriedade e organização este programa irá trazer uma opção para todos aqueles que participarem dele e o Procurador Marco Antonio como nosso parceiro ficou muito feliz por tudo que viu na Vila Olímpica Indígena” disse Antonio Coca a reportagem.

Waldemar Gonçalves - Russo



Garantido salário-maternidade a indígenas menores de 16 anos em SC

SÍTIO CORREIO FORENSE, 18.08.2013

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região determinou, em julgamento realizado no dia (13/8), que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) analise o pedido de salário-maternidade de mães indígenas menores de dezesseis anos. Atualmente, a autarquia federal tem indeferido tais requerimentos quando a requerente é menor de 16 anos. A decisão é válida para todo estado de Santa Catarina (SC).

A ação civil pública foi ajuizada pelo Ministério Público Federal (MPF) daquele estado. O pedido foi negado em primeira instância, levando o MPF a recorrer para o Tribunal. A relatoria originária limitava o deferimento às mães com idade a partir dos 14 anos. Partindo de divergência parcial do desembargador federal Rogerio Favreto, que ficou de relator para o acórdão, restou decidido que não pode haver qualquer limitação de idade para análise dos pedidos de salário-maternidade de indígenas, sob pena de dupla punição pelo Estado.

O magistrado ressaltou que os indígenas trabalham desde a infância e essa é uma questão cultural. "Sabe-se que nos povos indígenas o trabalho e o casamento se dão de forma mais precoce pelos próprios costumes e tradições, que remetem a uma organização social distinta". Para ele, o poder público estaria equivocado em não considerar a situação específica dessa comunidade que merece uma proteção especial.

Favreto apontou também a necessidade de tutela do recém-nascido. "Não se pode prejudicar os filhos de mães indígenas pela ocorrência de gravidez na adolescência, pois o salário-maternidade objetiva proteger a criança nos meses iniciais de sua vida".

Fonte: TRT 4ª REgião



Demarcação de terras indígenas e quilombolas: direitos constitucionais transformados em moeda de troca
SÍTIO CONSCIÊNCIA. NET, 18.08.2013

Roberto Antonio Liebgott

Ao longo de décadas se consolidou a ideia de que as terras reivindicadas pelos povos indígenas e quilombolas são obstáculos ao desenvolvimento econômico do país, portanto sua destinação deve ser reorientada ao atendimento dos interesses "produtivos". Funde-se nesta lógica de pensamento duas concepções ideológicas preocupantes: a de que "índios e quilombolas são improdutivos" e, como consequência, tornam-se "descartáveis para a economia" e para a "sociedade de consumo". Depois, que a terra é essencialmente bem a ser mercantilizado e não espaço vivo a ser partilhado e preservado para a continuidade da vida.

A Constituição Federal, em seu artigo 231, estabelece que os povos indígenas são detentores de direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, e compete a União demarcá-las. A mesma Constituição, no artigo 68 da ADCT – Artigo das Disposições Constitucionais Transitórias -, consagrou o direito dos remanescentes das comunidades de quilombos às terras que estejam ocupando (artigo regulamentado pelo Decreto 4.887/03).

Os direitos, apesar de expressamente estabelecidos, não são assegurados pelo governo. Além disso, vem se posicionando, especialmente através do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, de forma ambígua no que concerne às suas atribuições constitucionais. Perante lideranças indígenas o ministro garante que demarcará as terras e afirma: "os ruralistas (um dos segmentos que mais se opõem aos direitos indígenas) não terão seus pleitos atendidos pelo governo". Perante os setores ligados ao agronegócio e o latifúndio, os discursos seguem em sentido oposto, ou seja, anuncia que mudará os procedimentos administrativos de demarcação das terras, chegando inclusive a sugerir que a bancada ruralista no Congresso Nacional construa alternativas legislativas com o objetivo de inviabilizar as demarcações de terras. É o que parece ter ocorrido com a edição do PLP 227/2012: com a desculpa de regulamentar o parágrafo 6º do artigo 231 da Constituição Federal, parlamentares ligados ao agronegócio tentam permitir a livre exploração das terras indígenas.

Simultaneamente às ações parlamentares no Congresso Nacional, o governo federal, em articulação com alguns governadores estaduais (do Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Paraná), busca consolidar ações administrativas destinadas a atender as expectativas econômicas de fazendeiros e empresários, que têm suas "posses" e interesses dentro de terras indígenas e quilombolas. Tais ações vinculam-se ao pagamento de indenizações pela "terra nua". A Constituição Federal veda a possibilidade desta prática de indenização quando a terra é caracterizada como sendo de ocupação indígena, e sobre a qual os títulos de propriedade são declarados nulos. Não obstante, a Constituição estabelece que as terras indígenas pertencem à União e compete a ela o pagamento pelas benfeitorias (edificadas dentro de área indígena), quando construídas de boa fé.

CONT.



A proposta de pagamento pela “terra nua” fundamenta-se no argumento de que os afetados pelas demarcações de terras possuem títulos de propriedade, portanto eles têm um direito que vem sendo violado por outro direito, o dos povos indígenas. Há, no entender do governo, uma sobreposição de direitos e que isso precisa ser equacionado sem lesar nenhuma das partes envolvidas. Justifica-se ainda a existência de títulos de propriedade adquiridos há décadas e até séculos, o que comprovaria a legitimidade destes títulos.

Por sua vez, no caso das demarcações e titulações dos territórios quilombolas, as normas estabelecidas prevêm a indenização pelas benfeitorias e pela “terra nua” àqueles que possuem títulos sobre as áreas a serem demarcadas. Mas, apesar dessa previsão legal, o governo federal não esboça nenhum interesse em proceder a titulação dos territórios das comunidades quilombolas. Ou seja, ao que parece, não são as leis ou a ausência delas o impeditivo para que se reconheça e garanta os direitos dos povos indígenas e quilombolas.

RS: governo Tarso Genro propõe permuta

Há questões mais profundas, além das econômicas, que estimulam e determinam as opções governamentais em atender quase que exclusivamente os interesses de mineradoras, do agronegócio e do latifúndio. Nos fundamentos destas opções residem o preconceito e a discriminação contra povos tradicionais e comunidades quilombolas a quem são imputados (mesmo que subjetivamente) conceitos de improdutividade, incapacidade e falta de humanidade. Ocorre, no caso das garantias constitucionais de indígenas e quilombolas, uma espécie de entendimento consensual no posicionamento anti-indígena de que elas são exageradas e desnecessárias, portanto devem ser burladas, descumpridas e descaracterizadas.

Diante da prepotência e do sistemático desrespeito aos direitos indígenas, faço referência ao que vem sendo proposto no Rio Grande do Sul pelo governo Tarso Genro. Servidores ligados à Secretaria de Agricultura estão visitando comunidades Guarani Mbya para propor a permuta de terra. Ou seja, o governo apresenta pequenas áreas que são de propriedade do Estado e as oferece em substituição às terras reivindicadas pelos indígenas. Há nesta conduta o agravante de que as terras encontram-se em estudo ou já demarcadas pela Funai. Dois casos chamam a atenção: um deles é a terra de Irapuã, onde agentes do governo estadual tentaram convencer a comunidade a aceitar área distante da terra já demarcada. Sobre ela há fazendas, sendo que um dos proprietários é funcionário da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE).

O segundo caso é referente à terra reivindicada pelos Guarani nos municípios de Arroio do Conde e Guaíba, na grande Porto Alegre. A área está submetida ao procedimento de identificação e delimitação desde 2009. A comunidade recebeu a visita de servidores do Estado, que propuseram uma área alternativa da reivindicada pelos Guarani. A alegação é de que na terra proposta se pretende construir um grande polo industrial. Notícias veiculadas pela imprensa dão conta de que o licenciamento ambiental já existe, além do aval do governo Tarso Genro para o início das obras.

Neste contexto, onde direitos são violados inclusive por autoridades do Estado, chega-se a conclusão de que os governos estão mais preocupados em assegurar a “governabilidade” e consolidar alianças tendo em vista mandatos futuros. Para tanto estabelecem acordos e

CONT.



negociam os direitos indígenas e quilombolas com os setores da economia e da política que efetivamente têm o poder de decisão sobre os “rumos do país”. E isso explica, em parte, a omissão, a morosidade e as tratativas por soluções meramente protelatórias ou paliativas aos impasses. Nas reuniões e debates entre governo, indígenas e os afetados pelas demarcações de terras, as alternativas apontadas residem na tentativa de convencer os ocupantes de terras indígenas (de boa ou má fé) de que os pagamentos indenizatórios serão, no momento, mais lucrativos do que o uso e exploração que se faz ou se fará das terras em questão. Para os povos indígenas as soluções propostas seguem na contramão dos direitos constitucionais, ou seja, a permuta de terras ou compra.

Essas propostas, se levadas adiante, incorrem em erros graves: primeiro porque trata sem distinção os ocupantes de terras indígenas, e é de conhecimento público que houve invasão e grilagem das terras de ocupação indígena. Portanto, o invés de serem indenizados, os invasores deveriam ser responsabilizados civil e criminalmente pelo uso indevido das terras e pelos danos causados aos povos indígenas. Segundo, aqueles que se dizem possuidores de títulos que incidem sobre terras em demarcação, estão sendo genericamente considerados ocupantes de boa fé. Há necessidade de uma análise profunda de cada caso e realizar levantamentos acerca da cadeia dominial da terra em questão, e com isso identificar os responsáveis pela concessão dos títulos. Se há responsabilidades da União, que esta assuma o ônus; se há culpa dos estados, os governadores devem encontrar meios jurídicos e administrativos para proceder ao pagamento das indenizações.

Caso seja adotado o caminho mais “fácil”, tratando a todos os ocupantes de terras indígenas como legítimos detentores de títulos, a grilagem, os assassinatos de lideranças e as demais violações advindas do terrível processo de esbulho e degradação dos territórios indígenas serão legitimados. Transformarão, na ilegalidade, os direitos indígenas e quilombolas em moeda de troca num balcão de negócios. Nele os ocupantes das terras, de boa ou má fé, terão “o direito” de estabelecer o “melhor preço”. O esbulho e a violência serão legitimados e recompensados com o dinheiro público.

Fonte: CIMI



Jogos Indígenas neste domingo envolvem 21 equipes com 600 atletas

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 18.08.2013

O evento cresceu consideravelmente desde a primeira edição há 8 anos. Hoje, os Jogos Urbanos Indígenas de Campo Grande têm a participação de 20 equipes, número bem superior ao de 7 que iniciaram as competições em 2005.

No Parque Jacques da Luz, na Moreninha II, cerca de 600 índios são atletas neste domingo. A 8ª edição dos Jogos Urbanos Indígenas de Campo Grande começaram pela manhã, com provas de atletismo.

Além de modalidades convencionais como corrida, futebol society e vôlei, também há competições tradicionais dos índios brasileiros: arco e flecha, arremesso de lança, dardo e cabo de guerra.

Como fazem parte da programação de aniversário da cidade, o evento teve a abertura oficial feita pelo prefeito Alcides Bernal. Os jogos são abertos ao público e devem seguir até às 17 horas. "É um avanço, o resgate da cultura indígena e a união das etnias", diz um dos organizadores, Adierson Venâncio.

Segundo a prefeitura, participam das competições índios das 7 etnias: guarani, terena, kadiwéu, guató, ofayé, kinikinawa e atikum.



CNBB publica documento sobre comunidades quilombolas

SÍTIO CANÇÃO NOVA NOTÍCIAS, 17.08.2013

Aprovado na 51ª Assembleia Geral da CNBB, em abril deste ano, o texto de estudos sobre os povos quilombolas está disponível ao público por meio das Edições CNBB. O número 105 da série verde da Conferência tem como título "A Igreja e as comunidades quilombolas".

O documento foi elaborado por um grupo de trabalho criado pela Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz. "A finalidade deste texto é contribuir para a atuação da Igreja frente a realidade das comunidades quilombolas. Valorizando e defendendo seus direitos de vida, cultura, tradições, crenças e tudo aquilo que lhes são próprios", explicou o presidente da Comissão, Dom Guilherme Werlang.

Na composição do texto, participaram bispos, padres e antropólogos, que trabalharam por quase um ano neste projeto. "Analisamos a situação do povo negro em nível nacional e pretendemos com o Documento expressar toda a luta pela justiça das comunidades Quilombolas", disse Dom José Valdeci, bispo da diocese de Brejo (MA).

De acordo com Dom Guilherme, o Documento 105 está dividido em três partes, pelo método VER-JULGAR-AGIR. Na primeira parte (VER) aborda, entre outras coisas, um contexto histórico narrando a maneira como os negros foram trazidos para o Brasil e escravizados, o modo como aconteciam as torturas, a violência e injustiças, e também a maneira como teve início a formação dos quilombos e as resistências em busca da liberdade.

A segunda parte (JULGAR) traz a inspiração iluminação bíblica e dos Documentos da Igreja em relação a toda situação da escravidão. A terceira e última parte (AGIR) composta pelos encaminhamentos, exigências e direitos que devem ser efetivamente consagrados para os Quilombolas e seus territórios, além dos novos rumos a serem tomados.